Pesquisa aponta que 82% do setor veem regulação como insuficiente e destaca conflitos de interesse, falhas em faturamento e lacunas em tecnologia; IES cria Núcleo Técnico de Ética e Integridade

Levantamento lançado em 31 de março, em São Paulo, revela que 82% dos agentes da saúde consideram a regulação insuficiente ou inadequada, apesar de avanços recentes. O cenário é marcado por riscos como conflitos de interesse, falta de isonomia regulatória, fragilidades na contratualização, retenção de faturamento e ausência de claras para o uso de inteligência artificial.

O estudo integra a terceira fase da pesquisa “Integridade no Setor da Saúde: Identificação de Riscos”, conduzida pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com financiamento e correalização do Instituto Ética Saúde (IES). Foram ouvidas 11 organizações de diferentes segmentos da cadeia – como indústrias, distribuidores, operadoras e entidades – permitindo uma visão abrangente dos desafios de integridade.

A pesquisa mapeou sete categorias de risco, com destaque para falhas de integridade e compliance, riscos regulatórios, operacionais, econômico-financeiros, tecnológicos e de transparência. Conflitos de interesse aparecem como um dos principais vetores, especialmente na relação entre indústria e profissionais de saúde, envolvendo incentivos indiretos e influência sobre decisões clínicas.

Também foram identificadas fragilidades nos processos de faturamento, auditoria, glosas e reembolso, sobretudo na relação entre hospitais e operadoras. Essas distorções favorecem retenção de receitas, disputas contratuais e judicialização, afetando a previsibilidade financeira das instituições.

No campo regulatório, o estudo aponta descompasso entre a velocidade das transformações do setor e a atualização das normas, com lacunas relevantes – especialmente na regulação do uso de inteligência artificial. Já na área tecnológica, destaca riscos ligados à proteção de dados, cibersegurança e interoperabilidade, agravados pela digitalização crescente.

A baixa padronização de práticas de transparência e a fragilidade de mecanismos de denúncia e proteção a denunciantes também aparecem como pontos críticos, dificultando a identificação precoce de irregularidades.

Realizado com base em metodologias internacionais como COSO ERM e ISO 31000, o estudo combinou análise normativa, benchmarking e consultas setoriais ao longo de 2024 e 2025, classificando riscos por probabilidade e impacto.

Apesar do diagnóstico, a pesquisa indica avanço na valorização da autorregulação, vista pelo setor como alternativa mais ágil e eficiente à regulação estatal. Segundo o presidente do Conselho de Administração do IES, Sérgio Rocha, os resultados mostram fragilidades, mas também disposição do setor em construir soluções. Para o coordenador da pesquisa no Mackenzie, Giovani Saavedra, a diversidade da amostra confere robustez ao diagnóstico.

Os autores avaliam que o fortalecimento de mecanismos de integridade pode reduzir conflitos de interesse, ampliar a transparência e melhorar a governança, com impacto direto na qualidade da assistência e nos resultados para os pacientes.

Núcleo Técnico

O IES anunciou ainda a criação de um Núcleo Técnico de Ética e Integridade, com função consultiva e foco na produção de análises e orientações para aprimorar práticas de compliance, governança e transparência.

A iniciativa amplia a atuação do Instituto ao estruturar um espaço dedicado à formulação de soluções para desafios recorrentes da cadeia da saúde, como conflitos de interesse e riscos regulatórios. O núcleo também reforça a agenda de autorregulação e a produção de conhecimento aplicado.

Segundo o diretor-executivo do IES, Filipe Venturini, o objetivo é qualificar o debate e apoiar decisões com base em evidências. A proposta inclui ainda a articulação entre diferentes atores do setor para enfrentar riscos de forma mais estruturada.

Fonte: Instituto Ética Saúde, em 02.04.2026.